

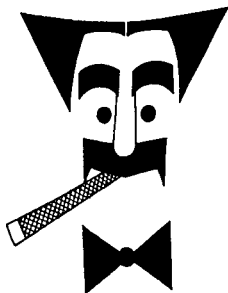
## Kalecki : um antikeynesiano?

CARLOS ÁGUEDO NAGEL PAIVA\*

*A estatística — não é a Weber que devemos lembrar isto — é “totalmente nossa” ... É nossa disciplina que pode dar os melhores ensinamentos a respeito dela... Pois ela fornece precisamente o sentido do que é a liberdade: esta “síntese da necessidade e da contingência”.*

Marcel Mauss, em *Categorias coletivas de pensamento e liberdade*

This article aims to investigate the determinants of the limited diffusion and theoretical acceptance of Kalecki's work. In my opinion, the roots of the resistance to this author comes from the unusual way he combines the theoretical, methodological and analytical elements in his work. More specifically, it's necessary to notice that, despite the theoretical substratum of his work is keynesian, the pattern of investigation and exposition used by Kalecki is structuralist, and comes up against Keynes' methodological individualism. This contradiction — the center of Keynes and Kalecki's usually hard dialogue — also limits the dialogue with those two other schools our author considered scientific in Economis, the Marxism and the (neoclassical) Econometrics.



Já se disse inúmeras vezes — e sempre com muita razão — que Kalecki é um autor de difícil aceitação, incorporação e difusão teórica. Demasiado analítico e formalista para aqueles economistas que — de uma forma ou de outra — adotam uma perspectiva institucionalista (enraizando-a seja no materialismo histórico, seja no culturalismo neokantiano), Kalecki é, ao mesmo tempo, insuficientemente “rigoroso” (leia-se insuficientemente “equilibrista”) para agradar ao paladar dos economistas mais ortodoxos. E como se isso não bastasse, ele ainda carrega o fardo de parecer keynesiano demais para os marxistas, quase um ortodoxo (com seu viés empirista e realista, manifesto no apego à econometria) para os keynesianos, e um perfeito marxista para os neoclássicos.

\* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e doutorando do Instituto de Economia da Unicamp.

Mas se esses são os determinantes mais importantes do relativo “ostracismo intelectual” de nosso autor<sup>1</sup>, a recente publicação da correspondência trocada entre as lideranças intelectuais da revolução cambridgeniana dos anos 20 e 30 vem permitindo precisar um pouco melhor os mecanismos concretos pelos quais uma certa resistência teórica a Kalecki se consolidou. Nesse sentido, não há como deixar de saudar a seleção das cartas que acompanha a edição — primorosamente organizada por Jerzy Osiatynski — dos sete volumes dos *Collected Writings* de Kalecki. No grande volume epistolar, chama a atenção a correspondência entre Joan Robinson, Keynes e Kaldor acerca da (solicitada pela primeira e recusada pelo segundo) publicação no *Economic Journal* do artigo de Kalecki intitulado “A theorem on technical progress”.<sup>2</sup> Desde logo vale a pena reproduzir o primeiro parágrafo da primeira carta de Keynes a Robinson, que sintetiza sua resistência e críticas:

Here is Kalecki's article. As I said the other night, after a highly rational introduction of a couple of pages my first impression is that it becomes high, almost delirious nonsense. I am ready to believe that there are some assumptions in relation to which his conclusions are correct. But so many of them are latent and tacit that none could say, I should have thought, whether he has proved his proposition. Indeed I do not feel perfectly sure whether the hypotheses may not be self-contradictory. *Is it not rather odd when dealing with long run problems' to start with the assumptions that all firms are always working below capacity?* (Osiatynski, 1991:530).

É de notar que dois tipos de oposição aparecem sobrepostas na passagem de Keynes acima citada. Uma de caráter lógico-formal — que nega consistência à forma de exposição e ao desenvolvimento das hipóteses presentes no texto —, e outra de caráter teórico-conceitual — que nega consistência empírico-racional à hipótese de existência de capacidade ociosa *estrutural* na típica empresa industrial capitalista.

Não resta dúvida de que, das duas críticas, a segunda — por ser menos geral — é a mais fácil de entender e rebater.<sup>3</sup> Contudo, ela não pode ser considerada menos importante ou significativa. E isso à medida que, mais do que explicitar de forma irretorquível a aderência de Keynes ao “equilibrismo neoclássico” em termos do “longo prazo”, ela traduz — através da crítica *desse autor que é a própria expressão de todo um período* — quão longe a microeconomia kaleckiana se encontrava da percepção dominante dos economistas acadêmicos (mesmo dos mais brilhantes!) de então.

É como se a crise do entre-guerras e a própria “frente ampla” antinazista houvesse aberto os mais diversos espaços à crítica teórica, (...) desde que ela tivesse a “decência” de atacar um pilar do edifício de cada vez, deixando intocada em todos os momentos a fé de que, ao final de tudo, ele não desabaria sob o próprio peso. Kalecki não tinha essa

<sup>1</sup> Os quais, diga-se de passagem, já foram devidamente apontados na literatura sobre nosso autor. Ver a esse respeito, por exemplo, Robinson (1979).

<sup>2</sup> Ver Osiatynski (1991:530-6). O referido artigo — igualmente reproduzido na coletânea de Osiatynski nas páginas 107 a 116 — veio a público pela primeira vez na *Review of Economic Studies*, 8(3): 178-84, 1940/1941.

<sup>3</sup> E é justamente o que tenta fazer Joan Robinson, respondendo a Keynes (não sem uma boa dose de ironia) que “...Imperfect Competition ... may be awful rot — as you have always suspected — but for better or worse it is in all the text books now. Under imperfect competition there is surplus capacity even in full equilibrium ...”. (Robinson, 1979:532).

compustura. Atacava pilares demais a cada movimento. E abria, assim, todos os flancos à desqualificação dos “templários da academia”; Keynes à frente.<sup>4</sup>

Contudo, não se pode entender a eficácia desse movimento desqualificador sem que se resgate — e se entenda a pertinência relativa — da primeira crítica de Keynes, de ordem lógico-formal. A verdade é que Kalecki não apenas ataca o conjunto dos pilares do edifício teórico ortodoxo, mas o faz de uma forma particularmente problemática e ineficaz. Joan Robinson não deixa de admitir esse ponto, e escreve a Keynes que “where Kalecki is barmy is insisting on writing articles in this inhuman style. It is a kind of sinful pride that makes him do it” (Robinson, 1979:531). Ao que responde Keynes:

You tell me that it is a kind of sinful pride which makes Kalecki write like this. I think it is a sort of profound stupidity, though physical and aesthetic, perhaps, rather than intellectual. At any rate, he must write the article in such a style that it is fairly evident on the surface whether or not he is talking through his hat. I do not doubt that he is saying something. But I suspect him of being at one of his old tricks in an extreme form, namely, of taking artificial assumptions which have no possible relation to reality or any other merit except that they happen to lead up to a needed result. (Robinson, 1979:536).

Ora, nada seria mais fácil (em particular após a leitura de sua correspondência com Kaldor) do que tomar essa passagem de Keynes como uma simples expressão de suas resistências pessoais com respeito a Kalecki. Nada mais fácil e — do nosso ponto de vista — nada mais equivocado. Na realidade há, por trás da virulência da crítica de Keynes, uma declaração muito simples: a de que esse autor não alcança entender os desenvolvimentos de Kalecki. E isso por determinações que se somam à violência iconoclasta deste último, e que são muito mais profundas do que — como parece pretender Joan Robinson em sua tímida “defesa crítica” de Kalecki — uma mera questão de inadequação estilística vinculada a algum tipo de *sinful pride*.<sup>5</sup>

A verdade é que, a despeito da inequívoca similaridade das construções teóricas desses dois autores, as diferenças de “prática científica” (ou, se se quiser, “perspectivas metodológicas”) de ambos é tamanha que torna virtualmente impossível qualquer tipo de diálogo intelectual mais produtivo, debilitando inclusive a compreensão teórica mútua.

<sup>4</sup> Nesse sentido, a correspondência de Keynes com Kaldor (que não tinha por Kalecki a mesma admiração e amizade que Robinson) é extremamente significativa. Após um conjunto de cartas em que aquele primeiro claramente estimula o segundo a uma apreciação negativa do artigo de Kalecki, Keynes escreve: “... Joan has been able to discover that the article is really about something quite different, which neither you nor I noticed. So she is sending it back to Kalecki in the hope that he will elucidate it further. *I do not doubt that in the end she will write quite a good article for him!* (sic)” (Robinson, 1979:536). (O grifo é nosso.)

<sup>5</sup> A bem da verdade, o padrão expositivo de nosso autor é marcadamente (e exageradamente) enxuto. Ele de fato tende a colocar sobre os ombros do leitor o ônus de desenvolver certos elos intermediários de seu raciocínio e, inúmeras vezes, é demasiadamente parcimonioso na formulação de exemplos. Aparentemente, Kalecki — como um verdadeiro Tcheco da economia — está sempre temendo cansar o leitor com desenvolvimentos lógico-teóricos que ele reputa demasiadamente óbvios para merecer uma exposição exaustiva. Do nosso ponto de vista, contudo, se esse fato contribui para as dificuldades de leitura de sua obra, ele não é determinante. Até porque o viés “tchecoviano” de nosso autor não é um mero atributo de sua “timidez” ou “modéstia”, mas encontra-se umbilicalmente ligado a uma certa perspectiva teórico-metodológica que cumpre explicitar.

Para que se entenda esse ponto, é preciso reconhecer que Keynes é a versão mais acabada e bem-sucedida de um economista “neokantiano”.<sup>6</sup> Se se tentasse traduzir sua produção teórica em um sistema matemático (como, até certo ponto, já se fez), a quase totalidade de suas equações (desconsideradas as poucas “identidades” e “condições de equilíbrio”) seriam “equações de comportamento” *voltadas ao resgate das determinações conscientes dos movimentos dos agentes econômicos*. O grande problema dessa “tradução matemática”, contudo, é que ela rapidamente esbarra nos limites daquelas variáveis “subjetivas” que são “indeterminadas”, vale dizer, não estão em função de outra coisa além da “inescrutável psicologia individual”. E nesse nível — *do qual o economista não pode fugir, uma vez que justamente o que se cobra desse profissional é o exercício oracular de antecipar os desdobramentos de uma conjuntura instável e enraizada em determinantes desconhecidos* — só se pode trabalhar com a “intuição”. Ou, dito de outra maneira: dado que o economista — tal como o empresário — não pode superar *logicamente* a incerteza radical em relação ao futuro, mas — ainda tal como aquele — tem de enfrentá-la diuturnamente em seu exercício profissional, ele é obrigado a se alicerçar em uma forma superior de *animal spirit*: uma “intuição” refinada por uma cultura geral (e política) ampla e pelo exercício intelectual cotidiano com a “caixa de ferramentas” (de valor mais formal que conceitual) representada pelos modelos econômicos abstratos.<sup>7</sup>

Ora, nada mais estranho ao estruturalismo kaleckiano do que essa concepção epistemológica. Não é apenas o socialismo de Kalecki que expressa sua desconfiança em relação aos “homens superiores”. Ele absolutamente não vê — e considera uma mistificação ideológica pretender ver — qualquer dimensão esotérica e transracional na prática empresarial ou na prática do economista. A incerteza é um problema (e não um “drama”, até porque — e sem que se ignore a especificidade das expectativas empresariais de longo prazo — se impõe no dia-a-dia do mais comum dos mortais) que se resolve, entre os empresários, essencialmente pela adoção de comportamentos convencionais bastante conservadores, associados à persistente reedição de práticas competitivas voltadas à sustentação e à ampliação do poder de monopólio das firmas. Aliás, é a esse poder de monopólio que está associado o próprio lucro (e não, como pretenderiam keynesianos e schumpeterianos — que se alinham na mesma frente idealista e elitista nesse particular —, a determinações ligadas à “capacidade empresarial inovativa”, ao “*animal spirit*” ou ao “jogo especulativo contra um futuro incognoscível”).<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Entendido o termo aqui como aquela corrente humanista que recupera Kant como reação a Hegel, e que dá substrato a uma sociologia compreensiva — cuja maior expressão é Weber —, em que a busca dos determinantes subjetivos (“conexões de sentido”) das decisões dos agentes *individuais* alimenta a construção de modelos *típi-co-ideais* explorados como meros instrumentos *heurísticos* (vale dizer, como instrumentos de pesquisa, avaliação e aproximação de uma realidade sempre infinitamente mais complexa do que o próprio modelo). Como veremos adiante, a despeito de sua amplíssima cultura geral e criatividade teórica, Keynes não conseguiu desprender-se dessa perspectiva estreita do “fazer científico”.

<sup>7</sup> O elitismo subjacente a essa perspectiva teórica é evidente e ganha plena expressão no peculiar liberalismo de Keynes e Weber, sempre prontos a chamar pelo Estado esclarecido (necessariamente corporificado em “indivíduos mais esclarecidos”, como os cânones do individualismo metodológico impõem) para salvar a sociedade de suas pulsões autodestrutivas.

<sup>8</sup> Este último a sustentar uma preferência pela liquidez que inibe a queda da taxa de juros e, assim, da eficiência marginal do capital global.

Só que — e aqui está a verdadeira marca estruturalista de Kalecki — o fato de que são essas práticas convencionais e monopolísticas que garantem alguma estabilidade reprodutiva ao sistema, não implica que os agentes que respondem por elas tenham qualquer consciência de seu significado “estrutural-funcional”. Vale dizer: o empresário não é apenas um agente essencialmente conservador que busca defender sua posição a partir de estratégias socialmente definidas em um jogo (por assim dizer) de racionalidade restrita; *ele também é um paciente (por oposição a agente) nesse jogo, no sentido específico de que ele não percebe com clareza nem os determinantes efetivos, nem as conseqüências globais de sua ação*. Ou ainda: a estrutura ganha foros de um sujeito que transcende aos sujeitos individuais, de tal forma que as “equações de comportamento” que passarão a realmente definir a qualidade da reprodução econômica não serão mais as equações psicológico-individuais. Estas fazem parte do modelo, mas não ocupam uma hierarquia propriamente diferenciada sequer como “ponto de partida”: elas produzem resultados que definirão os valores daquelas variáveis que entram em outras equações que, por sua vez, definem os valores das variáveis das “equações comportamentais ‘subjéctivas’” das quais (só formalmente) se partiu.<sup>9</sup>

Mas se o exposto acima está correto — e estimulados mesmo pela aproximação já feita entre Keynes e Weber (e por nossa epígrafe, intencionalmente provocativa) —, nada mais fácil que, por analogia, projetarmos para Kalecki a caracterização de “economista durkheimiano”. Nada mais fácil, e nada mais equivocado. E isso à medida mesmo que, se há “estrutura” e “funcionalidade” em Kalecki, estas não abafam o “concreto-empírico”, mas instrumentalizam uma “dinâmica contraditória”, que põe Kalecki no caminho de um “estruturalismo dialético”. Senão vejamos.

À medida que o agente econômico kaleckiano é simultaneamente racional e socialmente determinado — vale dizer, sua racionalidade não é maximizadora simples, mas estruturalmente restrita —, o sistema teórico kaleckiano é um sistema multifuncional fechado, facilmente expresso em forma matemática, em que as “variáveis psicológicas” aparecem endogeneizadas e subordinadas (dados certos parâmetros, que são eles mesmos variáveis de um sistema mais amplo) a determinantes estritamente econômicos.<sup>10</sup> Isso envolve toda uma negação do psicologismo em economia — que agrilhoa tanto sua vertente neoclássica positivista (em que tudo passa a ser função, *em última instância*, dos “gostos” dos consumidores e proprietários dos fato-

<sup>9</sup> E, como não poderia deixar de ser, essa visão do agente econômico compromete a leitura do Estado de Kalecki. Também os agentes da “política econômica” perdem autonomia nesse autor, aparecendo o Estado apenas como “o outro” de uma sociedade dividida e ignorante de suas próprias determinações dinâmicas, o que retira qualquer possibilidade de se projetar uma elite política capaz de tanger a sociedade até um destino mais elevado. Ver, a esse respeito, Kalecki (1980).

<sup>10</sup> Na verdade, em Kalecki a endogeneização das variáveis “psicológicas” muitas vezes toma a forma de uma aparente *supressão* delas. Assim é que Kalecki, apenas para dar um exemplo, quando discute os determinantes do investimento em capital fixo, no nono capítulo de sua *Teoria da Dinâmica Econômica*, começa afirmando que  $F_{t+1} = D_t$ . Evidentemente,  $D_t$  é uma variável “psicológica”, que está vinculada a uma função expectativa,  $E$ . Essa função  $E$ , por sua vez, define — a partir de outras variáveis-funções referidas à estrutura produtivo-institucional do sistema econômico em consideração — os parâmetros “a”, “b”, “c” e “d” da equação  $D_t$ . Contudo, Kalecki não se dá ao trabalho de apresentar de forma sistemática as determinações teórico-funcionais desses parâmetros, satisfazendo-se em apontá-las de forma breve, esparsa e impressionista, muitas vezes em notas de rodapé. Não resta dúvida de que esse padrão de exposição tantas vezes já criticado contribui para as dificuldades de compreensão e aceitação da obra de nosso autor.

res), quanto sua vertente neokantiana (em que tudo depende das pulsões, expectativas, e “audácia” das elites econômica e política) —, que tem sérias conseqüências. E, sem dúvida, a maior delas é *que os modelos passam a falar da realidade*.

Enquanto as variáveis determinantes em “última instância” dos resultados de um sistema econômico são exógenas, é sempre possível justificar a inadequação dos resultados por este preditos a partir da postulação de mudanças simultâneas (por quaisquer razões incomensuráveis) nos “gostos”, “pulsões” e “expectativas” dos agentes. Contraditoriamente, o resultado mais perverso dessa manipulação não é a sustentação acrítica dos modelos, mas, pelo contrário, a generalização do descrédito na eficácia e pertinência dos modelos em geral como instrumentos de explicação e (dentro de certos limites) previsão de uma dada realidade.<sup>11</sup> E isso até onde se pode falar de um “resultado”: a bem da verdade, o “psicologismo” radical envolve a negação *a priori* da testabilidade dos modelos. Eles sequer são construídos com vistas a ser testados empiricamente (à medida mesmo que eles nunca podem apreender toda a “multifacetada riqueza” da realidade), mas apenas com vistas a servir de instrumento intelectual de raciocínio, podendo ser resgatados e dispensados mais ou menos de acordo com a conveniência do “freguês”.<sup>12</sup>

Não será preciso esclarecer àqueles que conhecem bem a produção teórica keynesiana o quanto esse desdobramento *antiempirista* do psicologismo penetrou a obra do nosso autor. A polêmica de Keynes com Tinbergen acerca da consistência da modelagem econométrica (e sua manipulação com vistas à obtenção de previsões, mesmo quando entendidas como “cenários virtuais”) da dinâmica macroeconômica<sup>13</sup> não é o único exemplo das resistências desse autor à interpenetração do empírico e do teórico. Como já o disse muito bem Mary Morgan, “Keynes, like so many economists, was unwilling to concede to econometricians any role in developing theory, and regarded the measurement of already known theories as their only task” (Morgan, 1992: 123).<sup>14</sup>

Nada mais estranho ao método de trabalho de Kalecki, em que o intercâmbio “modelagem teórica *versus* avaliação empírica” é persistente e recorrente. Isso significa dizer que a própria modelagem teórica deve ser, desde logo, “realista” e passível de algum tipo de teste empírico. E isso não como “condição ideal”, mas como condição necessária desde o princípio para que se possa considerar um “modelo” como um sistema científico.

<sup>11</sup> Diga-se de passagem, esse descrédito, que grassa entre leigos, é muito mais comum entre os economistas — inclusive os ortodoxos — do que pretendiam aqueles que se iludem com a arrogância típica da profissão. Como já disse Joan Robinson: “El economista teórico — aunque su actitud normalmente indique lo contrario — siente una tremenda sensación de vergüenza en presencia del hombre de negocios. Y cuando intenta abordar algún problema candente y se pone a escribir sobre las hipótesis necesarias para resolverlo, no puede evitar imaginarse los comentarios burlescos de los hombres prácticos si por lo casualidad leyeran aquella lista de hipótesis.” (Robinson, 1973: 26-7).

<sup>12</sup> O que, diga-se de passagem, vai aparecer como um elemento de tensão no interior do paradigma neoclássico, uma vez que suas raízes positivistas impõem critérios empiristas de validação/infirmiação dos modelos teóricos que entram em conflito com o psicologismo racionalista dessa mesma escola. Não é de surpreender que, via de regra, a última dimensão acabe por subordinar a primeira. Os testes empíricos nunca se mostraram muito complacentes com os modelos neoclássicos de formação de preços e tomada de decisão em geral, e se constituem na mais freqüente “porta de saída” dessa escola, desde Moore e Mitchel (pioneiros da econometria e do institucionalismo americano) até Simon (que nega o psicologismo a partir de uma psicologia de base empírica).

<sup>13</sup> Keynes, (1939: 558-68). A resposta de Tinbergen aparece em Tinbergen (1940: 140-54).

<sup>14</sup> No mesmo sentido essencial, ver a primeira parte de Bodkin (1991).

Keynes não admite essa perspectiva. Desde logo, ele não consegue aceitar que Kalecki pretenda estar “tratando da realidade” em seus ensaios; e exige do autor (diretamente, ou nas críticas sustentadas diante de terceiros) que explicitasse as “hipóteses particulares” dentro das quais seus argumentos e resultados são (idealmente) válidos. Esse será o próprio cerne de um outro debate — desta vez levado a cabo diretamente com Kalecki —, em torno da publicação no *Economic Journal* do que viria a ser o capítulo terceiro — “A theory of profits” — do *Studies in Economic Dynamics*. Já em sua primeira carta para Kalecki, Keynes diz:

My other point of view is that by the time you have got to the end of the article *you seem to have persuaded yourself that you are dealing with the real world*. This makes it all the more important to emphasise the assumptions you are making which distinguish your model from reality.

I am retaining the article meanwhile” (Osiatynski, 1991: 543).

Em sua resposta, Kalecki dá mostras de não haver entendido a questão de Keynes, o qual insiste em outra correspondência:

I will not pursue the question whether you are making unstated assumptions. The worst of your sort of procedure is that there is no means of knowing what assumptions are involved except by exercising intuition and trying to consider various possible cases. (...) I believe that your conclusions are valid to some particular situation, but to decide exactly what that particular situation is you do not make one reader at least feel that he has full guidance. (Osiatynski, 1991: 544).

E mesmo após duas outras missivas de Kalecki, em que procura driblar a oposição de Keynes reconhecendo, por exemplo, que “my theory is definitely not applicable to a war economy” (Osiatynski, 1991: 546), Keynes insiste, afirmando:

And when the conclusion is reached there is an atmosphere as *though it had some application to the real world*.

I regard it as a very interesting schematism and a useful tool of thought and I cannot but feel that the article would be a great deal better if it was represented like that. But there is also the point that, even regarded as a schematism, it is not much use unless the reader knows fairly precisely just what the assumptions are (Osiatynski, 1991: 546).

Ora, poder-se-ia muito bem pretender que as passagens denotam apenas uma saudável preocupação de Keynes em apontar para Kalecki os perigos de seu método “telegráfico” de escrita, capaz de deixar sem explicação certas hipóteses, ou de conduzir a generalizações apressadas. Mas isso só pode ser interpretado assim enquanto se toma a discussão acima “abstratamente”, vale dizer, fora do contexto — os desenvolvimentos de Kalecki em torno dos determinantes do lucro — em que ela se processa.

A tese kaleckiana sobre os lucros é bastante conhecida, e não precisa ser rerepresentada aqui. Contudo, sua expressão sintética — *os capitalistas ganham o que gastam, os trabalhadores gastam o que ganham* — ainda é capaz de causar espécie a todo o economista não familiarizado com o sistema kaleckiano. E não tinha por que não causar um impacto similar em Keynes. Particularmente se se leva em conta a forma como ela é derivada: a partir da manipulação algébrica de identidades contábeis. Vale dizer: é um resultado que *não só não se deriva da interpretação dos determinantes subjetivos (de alguma forma conscientes) do movimento dos agen-*

tes, mas — para piorar ainda mais a situação — é quase que só “manipulação algébrica” somada a uma hipótese tão essencial quanto elementar: “ninguém decide o que ganha, apenas se decide o que gastar”. E desse sistema tão simples brota uma conclusão absolutamente inusitada para os padrões de toda a economia reconhecida como científica até então.

Esse é o último elo da corrente dos determinantes do confronto metodológico entre Keynes e Kalecki. É essa capacidade de obter conclusões “estapafúrdias” da mera “manipulação de identidades” e ainda pretender tomá-las pela “mais pura expressão da realidade” que irrita Keynes sobremaneira. E é isso que o faz responder a Joan Robinson (ainda em torno da polêmica acerca do artigo de Kalecki sobre progresso técnico): “For publication in the Journal an article must pass beyond the stage of esoteric abracadabra” (Osiatynski, 1991: 531).

A verdade é que, para além de quaisquer “ciumeiras ou picuinhas pessoais”, as diferenças teórico-metodológicas entre Keynes e Kalecki são profundas, e estão — para o azar deste último — no epicentro das dificuldades de relacionamento político e acadêmico entre esses dois grandes economistas.

Mas à medida que liquidamos esse ponto, podemos recuperar uma questão que ficou aberta atrás: a do estruturalismo de Kalecki. A verdade é que as diferenças entre os nossos autores *até passam* por um padrão que, na sociologia, contrapõe neokantianos e estrutural-funcionalistas. Mas se a questão *passa por aí*, ela está longe de se esgotar nesse patamar. E isso particularmente à medida que o resgate e o jogo interativo proposto por Kalecki entre elementos empíricos e desenvolvimento lógico é de tal ordem que a tensão presente nesse jogo não é abafada, racionalizada, mas explicitada sob a forma radical de seus “paradoxos”, bem como canalizada para a produção de *dinâmica*.

Em suma, se Kalecki não chega a ser plenamente um “estruturalista dialético” — até porque isso envolveria um movimento muito mais amplo de totalização e historicização de seu objeto, ao qual nosso autor não se propõe<sup>15</sup> —, ele não pode ser encarcerado nos escaninhos do funcionalismo pré-dialético. Na dúvida — que não chega a ser angustiante, dada a própria irrelevância da rotulação de uma obra como a de Kalecki —, preferimos caracterizá-lo como um “estruturalista quase dialético”; vale dizer, como um estruturalista que, ao ver a estrutura como contraditória, dinâmica e carente de transformação, nada mais faz do que solicitar a plena dialetização de sua obra.

Finalmente, cabe responder ainda a uma pergunta que ficou aberta desde o título deste curto ensaio: até que ponto as diferenças metodológicas entre Keynes e Kalecki permitiriam caracterizar este último como um “antikeynesiano”? Na realidade a resposta foi se insinuando ao longo do texto e não chega a surpreender. Kalecki está longe de ser um antikeynesiano. Keynes é que se colocava numa perspectiva teórica que poderia ser caracterizada como antikaleckiana! E isso não apenas no sentido mais trivial de que é este último autor que se mobiliza objetivamente contra o primeiro. Mas também no sentido mais profundo de que *a perspectiva teórico-metodológica*

<sup>15</sup> Como, aliás, ele mesmo reconhecerá em seu (modesto, mas essencialmente correto) artigo intitulado “Modelo econométrico e materialismo histórico”, que está presente em Kalecki (1980: 43-50).



*abraçada por Keynes — o neokantismo — é mais estreita e menos inclusiva do que aquela abraçada por Kalecki — o estruturalismo (quase) dialético. Desse ponto de vista, Kalecki poderia muito bem parafrasear Mauss (que não gratuitamente nos serve de epígrafe), dizendo, da obra de Keynes, o que este disse da de Levy-Bruhl:*

Existem apenas dois tipos de trabalho: os bons e os maus. Os bons terminam onde querem: o sr. [Keynes] terminou o seu onde quis. Outros [igualmente bons] continuam. Vão mais longe ou mais profundamente, como bem entendem. Talvez se enganem; é o que se saberá não pelo simples raciocínio, mas de forma diferente. *Pois a (...) [Economia] é uma ciência dos fatos* (Mauss, 1979: 180). (O grifo é meu.)

## REFERÊNCIAS

- BODKIN, R. et al. (1991) *A history of Macroeconometric model-building*. Brookfield, Edward Elgar P.C.
- KALECKI, M. (1980) “Os aspectos políticos do pleno emprego”. In Miglioli, J., ed., *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo, Hucitec.
- KALECKI, M. (1980) “Kalecki: economia” In Miglioli, J., org. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática.
- KEYNES, J.M. (1939) “Professor Tinbergen’s method”. *Economic Journal*, vol. 49, September.
- MAUSS, M. (1979) “A alma, o nome e a pessoa”. In *Mauss: Antropologia*. São Paulo, Ática.
- MORGAN, M. (1992) *The History of Econometric Ideas*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OSIATYNSKI, J. (ed.) (1991) *Collected Works of Michael Kalecki* (Volume II). Oxford, Clarendon Press.
- ROBINSON, J. (1973) *Economía de la Competencia Imperfecta*. Barcelona, Martinez Roca, SA.
- ROBINSON, J. (1979) *Kalecki e Keynes. Contribuições à Economia Moderna*. Rio de Janeiro, Zahar.
- TINBERGEN, J. (1940) “On a method of business-cycle research: a reply”. *Economic Journal*, vol. 50, March.